

# Diário do Legislativo de 27/01/1999

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB\*

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

\* Afastado do exercício do mandato por ter sido investido no cargo de Secretário de Estado da Indústria e Comércio

## LIDERANÇAS

### 1) LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL TRABALHISTA (PSDB, PTB e PDT)

Líder: Mauri Torres

Vice-Líderes: Aílton Vilela, Álvaro Antônio, João Batista de Oliveira, Mauro Lobo e Olinto Godinho

### 2) LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA (PPB, PSD e PSN):

Líder: Sebastião Helvécio

Vice-Líderes: Dinis Pinheiro e Miguel Martini

### 3) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PMDB e PT)

Líder: Anderson Aduato

Vice-Líderes: Antônio Roberto, Maria José Haeisen e Paulo Pettersen

### 4) LIDERANÇA DO BLOCO LIBERAL (PFL e PL)

Líder: Wilson Pires

Vice-Líderes: Rêmolo Aloise e Ronaldo Vasconcellos

### 5) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Arnaldo Penna

Vice-Líderes: Carlos Pimenta, Tarcísio Henriques e Wanderley Ávila

### 6) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Bilac Pinto

Vice-Líder: Djalma Diniz

### 7) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Antônio Júlio

Vice-Líderes: Antônio Andrade e Arnaldo Canarinho

### 8) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Alberto Pinto Coelho

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

9) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Gilmar Machado

Vice-Líder: Durval Ângelo

10) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Alencar da Silveira Júnior

Vice-Líder: João Batista de Oliveira

11) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Paulo Schettino

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

12) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Miguel Barbosa

Vice-Líder: Dinis Pinheiro

13) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Ronaldo Vasconcellos

14) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Marco Régis

15) LIDERANÇA DO PSN:

Líder: Miguel Martini

16) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Péricles Ferreira

Vice-Líderes: José Bonifácio, José Braga e Sebastião Costa

17) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Ajalmar Silva

18) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Adelmo Carneiro Leão

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Leonídio Bouças PFL Presidente

Deputado Ajalmar Silva PSDB Vice-Presidente

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Marcos Helênio PT

Deputado Sebastião Helvécio PPB

Deputado Ibrahim Jacob PDT

SUPLENTE:

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado João Leite PSDB

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado José Braga PDT

#### COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 9 horas

EFETIVOS:

Deputado José Henrique PMDB Presidente

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Vice-Presidente

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado José Militão PSDB

Deputado José Braga PDT

SUPLENTE:

Deputado Toninho Zeitune PMDB

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado Ajalmar Silva PSDB

Deputado Mauro Lobo PSDB

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 11 horas

EFETIVOS:

Deputado Hely Tarquínio PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado Marcos Helênio PT

Deputado João Batista de Oliveira PDT

SUPLENTE:

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado José Braga PDT

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9h30min

##### EFETIVOS:

Deputado Geraldo Nascimento PT Presidente

Deputado José Militão PSDB Vice-Presidente

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado João Leite PSDB

##### SUPLENTE:

Deputada Maria José Haueisen PT

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Paulo Schettino PTB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Ermano Batista PSDB

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

##### EFETIVOS:

Deputado João Leite PSDB Presidente

Deputado Tarcísio Henriques PSDB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado João Batista de Oliveira PDT

##### SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Ibrahim Jacob PDT

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputada Maria José Haueisen PT

Deputado Álvaro Antônio PDT

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

##### EFETIVOS:

Deputado José Maria Barros PSDB Presidente

Deputado José Henrique PMDB Vice-Presidente

Deputado Gilmar Machado PT

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTE:

Deputado João Leite PSDB

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado Ambrósio Pinto PTB

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Kemil Kumaira PSDB Presidente

Deputado Sebastião Helvécio PPB Vice-Presidente

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado José Braga PDT

Deputado Durval Ângelo PT

SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

Deputado Péricles Ferreira PSDB

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Gilmar Machado PT

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Irani Barbosa PSD Presidente

Deputado Ronaldo Vasconcellos PL Vice-Presidente

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Mauro Lobo PSDB

SUPLENTE:

Deputado Miguel Barbosa PSD

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Gil Pereira PPB

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Wanderley Ávila PSDB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Paulo Piau PFL Presidente

Deputado Luiz Fernando Faria PPB Vice-Presidente

Deputado Aílton Vilela PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputada Maria José Haueisen PT

SUPLENTE:

Deputado Leonídio Bouças PFL

Deputado Alberto Pinto Coelho PPB

Deputado José Maria Barros PSDB

Deputado Arnaldo Canarinho PMDB

Deputado Durval Ângelo PT

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Dimas Rodrigues PPB Presidente

Deputado Bilac Pinto PFL Vice-Presidente

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Aílton Vilela PSDB

Deputado Wilson Trópia PFL

SUPLENTE:

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado Djalma Diniz PFL

Deputado Miguel Martini PSN

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Wilson Pires PFL

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB Vice-Presidente

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado Rêmoló Aloise PFL

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

SUPLENTE:

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Ronaldo Vasconcelos PL

Deputado Leonídio Bouças PFL

Deputado Marcos Helênio PT

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 15h30min

EFETIVOS:

Deputado Olinto Godinho PTB Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB Vice-Presidente

Deputado Wilson Trópia PFL

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Anivaldo Coelho PT

SUPLENTE:

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Wanderley Ávila PSDB

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado Marcos Helênio PT

#### COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arnaldo Canarinho PMDB Vice-Presidente

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Aílton Vilela PSDB

Deputado Paulo Schettino PTB

SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Anderson Adatao PMDB

Deputado Djalma Diniz PFL

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

## COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

### EFETIVOS:

Deputado Gil Pereira PPB Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Álvaro Antônio PDT

Deputado Tarcísio Henriques PSDB

### SUPLENTE:

Deputado Dimas Rodrigues PPB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado José Maria Barros PSDB

### SUMÁRIO

#### 1 - ATA

##### 1.1 - Reunião de Comissão

#### 2 - ORDENS DO DIA

##### 2.1 - Plenário

##### 2.2 - Comissões

#### 3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

##### 3.1 - Comissão

#### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

## 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATA

ATA DA 23ª REUNIÃO Ordinária da comissão de educação, cultura, ciência e tecnologia

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e três de dezembro de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados José Maria Barros, Sebastião Navarro Vieira e Gilmar Machado, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado José Maria Barros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Navarro Vieira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Deputado Gilmar Machado lê correspondência do Sind-UTE por meio da qual esse órgão manifesta-se contra qualquer projeto de lei do Governador do Estado, no ano de 1998, que vise a reestruturar o plano de carreira do pessoal das escolas estaduais de Minas Gerais. Esgotada a matéria destinada à 1ª Parte da reunião, o Presidente passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Projetos de Lei nºs 1.919/98 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sebastião Navarro Vieira) e 1.967/98 (relator: Deputado José Henrique). A seguir, o Presidente submete a votação o Requerimento nº 2.760/98 e a discussão e votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.902/98, sendo os dois aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Marco Régis, Presidente - Paulo Piau - Ajalmar Silva.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia 8ª reunião ordinária, em 27/1/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/96, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dá nova redação ao § 2º do art. 69 da Constituição do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 44/97, do Deputado João Leite, que acrescenta à Constituição do Estado o art. 300 e suprime o inciso I do art. 139. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51/98, do Deputado Ermano Batista, que altera o art. 45 da Constituição do Estado de Minas Gerais.

A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 52/98, do Deputado Durval Ângelo, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição do Estado de Minas Gerais e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 56/98, do Deputado Anderson Aduino, que acrescenta parágrafos ao art. 18 da Constituição do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 60/98, do Governador do Estado, que altera o art. 75 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/97, do Deputado José Bonifácio, que acrescenta artigo à Constituição do Estado de Minas Gerais.

A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.194/97, do Deputado Sebastião Costa, que altera a Lei nº 11.962, de 30/10/95, que institui as regiões administrativas no Estado de Minas Gerais. As Comissões de Justiça e de Assuntos Municipais perderam prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado José Militão opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Assuntos Municipais, que opina pela rejeição da Emenda nº 6.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.010/98, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 1997. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1 e das Emendas nºs 1 a 3.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.951/98, da Procuradoria-Geral de Justiça, que dispõe sobre o subsídio mensal dos membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.028/98, da Deputada Isabel do Nascimento, que cria serviço de orientação psicopedagógica nas escolas da rede pública estadual. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 82ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 9h30min do dia 28/1/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Ordem do dia da 27ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 28/1/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.873/98, do Governador do Estado.

Finalidade: apreciar o parecer para 2º turno do Projeto de Lei 1.873/98.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 94ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 28/1/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 380/95, do Deputado Almir Cardoso; 1.943/98, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.808/98, do Deputado Pérciles Ferreira.

## Discussão e votação de proposições da Comissão.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Henrique, Gilmar Machado, Marco Régis e Sebastião Navarro Vieira para a reunião a ser realizada em 27/1/99, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.028/98, da Deputada Isabel do Nascimento.

Sala das Comissões, 26 de janeiro de 1998.

**José Maria Barros, Presidente.**

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

#### 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 20/1/99

O Deputado Raul Lima Neto\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos nós sabemos que os pronunciamentos feitos desta tribuna certamente ressonam nos corações daqueles que são envolvidos com a "pólis", com a cidade, com o povo, haja vista que esta Casa é o parlamento mineiro.

Subimos a esta tribuna muitas vezes para fazer oposição veemente ao Governador. Oposição não à sua pessoa, mas às decisões de sua pessoa. Sem dúvida, ficou caracterizado que a sua assessoria, ou não era uma boa assessoria, ou, então, S. Exa. o Governador Eduardo Azeredo é que era ruim.

Há um provérbio que diz assim: "Tira da prata a escória, e sairá dessa para o ourives, tira da presença do governante o assessor mentiroso, mal, faccioso, aleivoso, e o mandato do governador se firmará na justiça". Para Minas Gerais, raiou a esperança na eleição de Itamar Franco, que, se não fosse a traição de Brasília, de seu próprio partido, que se vendeu,

teria, sem dúvida, sido o Presidente da República. E quem sabe até nossa Nação não estaria atravessando uma crise tão grande como a que vem atravessando, ainda que, iludida pela propaganda: muitos continuam enganados, sem saber que a Nação, que o povo é usado como mercadoria, sem saber que os juros exorbitantes esmagam qualquer possibilidade de iniciativa num país que se diz capitalista moderno, sem saber que com isso ficamos à mercê de outras nações.

A nossa esperança ainda continua, mas hoje subo à tribuna para, com todo o respeito, contestar S. Exa. o Governador Itamar Franco. E fá-lo-ei com reverência, com respeito, pois ele é o meu Governador, pelo qual trabalhei, pelo qual me indispus nesta Casa - talvez o primeiro -, em meados do ano atrasado, com S.Exa. o ex-Governador Eduardo Azeredo. E dizia, não profetizando, porque acho que seria uma atitude vaidosa dizer que sou profeta, mas apenas prevenindo, como qualquer pessoa que raciocina debaixo do sol, que, se Itamar Franco não fosse o Presidente, teria condições de ser o melhor Governador do Estado de Minas Gerais, pelo fato de já ter sido Prefeito por duas vezes da maior cidade mineira, teria pelo fato de ter sido o Presidente da República que saiu com um índice de aprovação de mais de 80% e teria, especialmente, pelo fato de que, sendo inteligente e homem de raciocínio, aprendeu com os erros e fracassos que teve como Presidente da República e com o jejum da política que lhe foi imposta pelo cargo de embaixador brasileiro nos Estados Unidos, o que sem dúvida faz crescer no conhecimento, na sabedoria, no entendimento e no discernimento qualquer homem que raciocina. Digo "raciocina", porque o raciocínio é diferente da capacidade que o homem tem de gravar e de ter mente fotográfica.

Todos devemos reconhecer que o nosso Presidente da República é um homem que tem capacidade mental de gravar as coisas e os nomes. Acredito mesmo que ele é capaz de decorar o catálogo telefônico de São Paulo. Ele fala vários idiomas, embora não fale bem o português. Talvez, como alguém já disse, ele grave até o catálogo telefônico da cidade de Buenos Aires, que é maior que São Paulo. Mas tudo isso, em detrimento do raciocínio. Ele não raciocina. E o raciocínio se dá quando o homem pensa, lê por dentro, examina a posição que lhe foi dada por Deus, o ministério que lhe foi concedido.

Segundo o salmo 139 de Davi: "Senhor, tu me sondas e me conheces. Sabes quando me assento e quando me levanto; de longe penetras os meus pensamentos. Esquadrinhas o meu andar e o meu deitar e conheces todos os meus caminhos. Ainda a palavra me não chegou à língua, e tu, Senhor, já a conheces toda. Os teus olhos me viram a substância ainda informe, e no teu livro foram escritos todos os meus dias, cada um deles escrito e determinado, quando nem um deles havia ainda. Senhor, guia-me pelo caminho eterno".

S. Exa. o Governador vetou um projeto de nossa autoria. Esse projeto talvez tenha sido vetado pela influência do seu Líder, Deputado Alberto Pinto Coelho, tão envolvido com a TELEMIG e com a área de telecomunicação que, diga-se de passagem, é um atraso. Se não fosse a iniciativa de quebrar o monopólio das telecomunicações, ainda estaríamos na idade da pedra nessa área. Foi invocada a inconstitucionalidade do projeto. Trata-se de um projeto simples que dispõe sobre a proibição da cobrança do serviço 0900. Prestem atenção: os usuários do telefone não podem ter acesso a esse serviço, se não tiver sido dada uma autorização escrita à companhia telefônica.

Uma investigação conduzida nesta Casa apurou que diversos políticos estavam envolvidos com esse tipo de trabalho, que rende milhões e milhões, e que, de uma forma agressiva, totalmente impiedosa, vende um produto usando um veículo de comunicação capaz de hipnotizar. Na época, houve sérios debates. Todos os Juízes de Tribunais de Justiça e de Alçada que julgaram causas de usuários de telefones que se viram obrigados a pagar altas contas porque seus filhos ou pessoas irresponsáveis acessaram seus aparelhos, tiveram ganho de causa por unanimidade, porque o reconhecimento da constitucionalidade desse projeto é indubitável, porque o Estado tem o direito constitucional de legislar, concorrendo com a União, em se tratando de direito do consumidor, de economia do povo. É certo que a telecomunicação é uma prerrogativa da União, mas não a exploração e a venda de produtos. Assim entenderam todos os juízes em todas as causas impetradas pelos Tribunais de Pequenas Causas e pelo PROCON da Assembléia. Formou-se jurisprudência no País inteiro. Mas criticamos o Governador Eduardo Azeredo porque ele vetou o projeto. Com todo o respeito, lembro-me muito bem que Saulo Coelho e alguns Deputados desta Casa afirmaram que a verdade prevalece. Não aceitamos que um projeto como esse passe porque há interesse de parlamentares. O Deputado Agostinho Patrús, Presidente desta Casa na época, num dos seus momentos de espasmo emocional, comum em qualquer homem, em qualquer líder, levantou-se gritando que esse projeto não pode passar, porque existem muitas pessoas envolvidas com empresas que exploram o serviço 900. Pudera eu ter acesso a S. Exa. o Sr. Governador. A pedido do nobre Deputado Francisco Ramalho, Francisco Ramalho, estive jantando com a Cônsul dos Estados Unidos, que visitava a Casa, e com os assessores do consulado americano. Ouvi sua estupefação ao dizer: "Não é possível que o serviço 900, no Brasil, seja explorado dessa forma, que não exista nenhum tipo de senha". É uma molecagem com o povo brasileiro. Isso é fazer mercancia com o povo. Como não conseguimos derrubar o veto do Governador Eduardo Azeredo, apresentamos novamente o projeto, com mais de 2/3 das assinaturas dos parlamentares desta Casa, e o projeto foi vetado pelo Governador Itamar Franco. Acredito que talvez o Governador não se tenha dado conta da importância desse projeto pioneiro, já copiado por outros Estados, dentre os quais o Estado de Goiás. Tal projeto foi elogiado por todos os magistrados que o examinaram e já conta com jurisprudência formada, sem nenhuma opinião contrária. Há um parecer do Tribunal de Justiça, que proibiu que se cobrasse a conta telefônica de quem não autorizou antecipadamente o acesso ao serviço 900.

Lembro-me de que, num debate, alguém dizia: "Ora, se um pai quer colocar uma arma de fogo na sua casa, ele pode. E o seu filho poderá usar aquela arma de fogo indevidamente e cometer um crime. Não significa que por causa disso ele não possa ter tal arma em casa". Eu lhe disse: "Mas ele não poderia tê-la em casa, se na televisão houvesse uma propaganda assim: 'Pegue a arma e atire, pegue a arma e atire, pegue a arma e atire'". O tempo todo a televisão diz: "Ligue 0900, ligue agora". E eles têm a técnica para estender o assunto, para roubar, numa venda agressiva à população mineira.

Tenho a convicção absoluta de que S. Exa. o Governador, como homem que raciocina, sério, talhado para ser o melhor Presidente da República - como já disse Goethe: "Não me envergonho de mudar, porque não me envergonho de pensar" -, orientará todos os que com ele fazem parte do Governo de Minas a derrubar o veto. E, certamente, num momento afogadilho como este, num momento de crise, num momento em que Minas levanta sua voz para que o País inteiro entenda que a Nação não é somente a União, mas é composta de todos os Estados, e que ele se levanta como baluarte e, conseqüentemente, como aquele que mais sofre as pressões, não se deve vetar um projeto tão importante e tão juridicamente pertinente, com uma alegação tão beocia, tão injurídica, de que o processo é inconstitucional. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, companheiros das galerias, telespectadores; há três anos, tive a oportunidade de, desta tribuna, solicitar à Presidência a implantação dessa TV. Naquela época - vale a pena lembrar nesta oportunidade -, eu trabalhava na comissão para a criação da TV do Legislativo. Foi pedida a este Deputado e aos Deputados Sebastião Navarro Vieira e Ajalmar Silva a criação dessa TV. Com certeza, estamos colhendo frutos desse trabalho e, hoje, temos Minas Gerais fiscalizando os seus Deputados através de seus televisores.

Ontem, Srs. Deputados, estivemos em Brasília, do Presidente Romeu Queiroz, do Deputado Cleuber Carneiro, Vice-Presidente, dos idealizadores da TV do Legislativo, implantando um novo sistema, um novo serviço, que será prestado à população mineira, já que vamos ter a oportunidade de, através da TV do Legislativo, fiscalizar a Câmara Federal, os Senadores e os Deputados de Minas Gerais, ver o que vêm fazendo. Hoje, a população tem condição de fiscalizar esta Casa.

Falava hoje com o Deputado Paulo Piau que ele, como homem do campo, defensor da agricultura, poderá permitir aos seus eleitores a oportunidade de assistirem, em suas fazendas, ao trabalho desta Casa.

Falava com o Deputado Miguel Martini que também os seus eleitores terão a oportunidade de fiscalizar.

Então, Sr. Presidente, quero parabenizar esse avanço, esse exemplo de democracia que dá a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Quisera eu todos os Estados tivessem uma Assembléia como a de Minas e uma TV do Legislativo como a que temos.

Na oportunidade, gostaria de parabenizar o Deputado Raul Lima Neto, ex-companheiro do PDT, por seu pronunciamento desta tarde, pela coerência de sua fala e por sua grandeza ao defender suas idéias. Sem dúvida, tivemos, nesses quatro anos, um companheiro que sempre defendeu o povo. Esse problema do serviço 0900, por exemplo, é de todos nós, Deputado Raul Lima Neto. Lembro-me da primeira vez em que esse projeto veio a Plenário, quando votamos favoravelmente a ele e, acima de tudo, tivemos condição de ver e analisar o conteúdo do projeto e a idéia de V. Exa. Quero dizer que, em todo o Estado, havia cidadãos parabenizando V. Exa. por esse projeto. Como V. Exa., estamos boquiabertos com esse veto, ainda mais que, apesar de não ter sido aprovado aqui, a idéia defendida no projeto chegou até Brasília, e o serviço 0900 - que permitia aos brasileiros apostarem por meio da televisão - saiu de circulação, parou de ser veiculado nos canais de TV. Acho que isso se deveu, sim, ao trabalho desta Casa, do Deputado Raul Lima Neto, que chegou em Brasília e mostrou a importância de se acabar com o serviço 0900.

Para completar, eu, belo-horizontino, ex-Vereador, fico boquiaberto com o trabalho da BHTrans. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, companheiros das galerias, há três meses, desta tribuna, parabenizávamos a chegada do gás natural em nosso município. Hoje, já temos um posto para abastecimento do gás natural, que proporciona aos veículos uma economia de 70%. Isso iria ajudar muito aos motoristas de táxi. Mas, para minha surpresa, recebi, na emissora em que trabalho - a Rádio Capital -, o telefonema de um motorista de táxi, dizendo que adaptou seu carro de acordo com todos os regulamentos, seguindo todas as orientações dadas em nível federal e estadual, mas que, após essa transformação, sua placa foi

suspensa pela BHTrans. Ora, o gás natural é usado em qualquer lugar do mundo. Por exemplo, em Nova Iorque, todos os táxis são movidos a gás natural; em São Paulo e no Rio de Janeiro também. Isso proporciona uma economia de 70% e diminuição de até 95% no índice de poluição, se comparada com a causada pelo carro movido a gasolina ou a álcool.

E a BHTrans suspende a concessão da placa desse veículo! Onde está a cabeça do Sr. Carlão? Onde está a cabeça do Sr. Ricardo Medanha? Onde estão as cabeças dos homens da BHTrans? Se o gás natural chegou para ficar, por que o particular roda, e o táxi não pode rodar, se ele consegue uma autonomia de 70%? De cada R\$100,00 que o taxista gastava, ele gastaria só R\$30,00. Fica o meu apelo aos homens que fiscalizam o transporte em Belo Horizonte. A Capital não está parando, não; já parou. A BHTrans estuda, estuda, estuda, mas Belo Horizonte está parando. Até nas férias isso está acontecendo. O Carlão me chamava de terrorista, neste Plenário, quando falava com ele que Belo Horizonte já havia parado, porque estamos tendo congestionamento até na porta da Assembléia, na Rua Rodrigues Caldas. Então, fica o meu apelo: se cobram taxa alta do taxista, deixem que ele possa rodar, poluindo menos a cidade e tendo uma economia maior. Faça esse apelo hoje; se, até amanhã, o Sr. Carlão não voltar atrás, autorizando esses táxis a rodarem em Belo Horizonte, estaremos falando, diariamente, em nome e a pedido dos motoristas de táxi da nossa Belo Horizonte, da nossa Minas Gerais. Senhoras e senhores, é sempre um prazer falar-lhes. Muito obrigado a todos que me ouviram.

O Deputado João Leite\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Elbe Brandão, senhores da imprensa e público presente, ocupo a tribuna para comentar a situação carcerária do Estado de Minas Gerais, especificamente a da Casa de Detenção Antônio Dutra Ladeira.

É inegável que a questão penitenciária está muito ligada à questão da segurança pública. A Dutra Ladeira, que está no Município de Ribeirão das Neves, muito próximo à cidade, traz insegurança à sua população, à de Justinópolis, à de Venda Nova e à de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais discutiu exaustivamente o binômio situação carcerária - segurança pública, trazendo, para participarem de seminários e debates, especialistas em assuntos carcerários não só do Brasil, como do mundo inteiro. Tudo foi documentado nesta Casa, na Comissão de Direitos Humanos e na CPI Carcerária, que foi instituída para averiguar as sérias denúncias feitas ao sistema carcerário de Minas Gerais.

Soluções foram encontradas, e leis foram aprovadas pelo Legislativo e sancionadas pelo Executivo.

Vivemos muitos anos com explicações evasivas sobre a superlotação de delegacias, da Casa de Detenção Dutra Ladeira e de outras unidades prisionais. Diziam os especialistas de Minas Gerais que são necessários dois agentes penitenciários para cuidar de um preso, sendo impossível melhorar o sistema de Minas Gerais.

Recentemente, estive nesta Casa, na Comissão de Direitos Humanos, discutindo a questão penitenciária, o Prof. Roy King, da Anistia Internacional, e ele nos trouxe alguns números de outros países. Quero lembrar apenas o número da Inglaterra, onde há 65 mil condenados, sendo cuidados por 28 mil agentes. Então, cai por terra essa desculpa levantada por muitas autoridades de Minas Gerais, que é impossível melhorar esse sistema penitenciário.

Como entender a questão da Dutra Ladeira? Uma verdadeira penitenciária; uma unidade prisional que tem capacidade para 700 vagas, e hoje, quando nos lembramos, ficamos atônitos, porque ela ainda continua com a Polícia Civil. A Constituição estabelece que a Polícia Civil deve cuidar da investigação, de promover o inquérito; a Polícia Judiciária, que deve cuidar da questão da criminalidade, de dar segurança à cidade, ao Estado de Minas Gerais, está envolvida hoje com a guarda de presos e se agarra à Dutra Ladeira. Perdemos ali muitos delegados, detetives fazendo guarda de presos, em vez de estarem nas ruas a dar-nos segurança.

Pois bem, a Dutra Ladeira, novamente, é a razão da preocupação da Assembléia Legislativa, da Comissão de Direitos Humanos, da imprensa, da população de Belo Horizonte, da população em torno dessa unidade prisional. Estamos acompanhando essa verdadeira tragédia que ocorreu naquela penitenciária. Reclamam alguns condenados que estão nessa unidade os mesmos privilégios dados a outros presos que fugiram, como é a palavra do Promotor. E lembro-me da situação de um deles, escrita pelo Promotor, de que o preso chegou e queria acesso a uma cela vazia. O responsável respondeu-lhe que a cela estava ocupada. Mas o preso replicou-lhe: "Ela está vazia." Mas lhe foi respondido que o preso havia saído, e, então, pedindo a chave para conhecer a cela, soube que o preso havia levado a chave. Isso é como um hotel. É hotel onde o hóspede pode ter a chave e levá-la para casa, pois agora, aqueles que não têm condições financeiras boas - palavras do promotor que está acompanhando a questão - querem esse privilégio também. Querem ir a casa, ou querem fugir.

É essa a situação que estamos vivendo: um delegado treinado para cuidar das investigações, cuidar da segurança pública, que se tornou, infelizmente, um carcereiro, foi baleado, Delegado Cláudio Moreira, e quando saiu, disse aos jornalistas que tinha sido baleado pela própria polícia. Mas depois, já no gabinete do Superintendente da Polícia Civil, Delegado Newton Ribeiro, diz ele que foi alvejado por um dos internos. É uma situação catastrófica. Vemos a Polícia Civil envolvida ainda com a guarda de presos.

A Assembléia Legislativa aprovou o projeto em que se determina que, num prazo máximo de dois anos, todas as unidades prisionais estejam sob o cuidado da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. É isso que queremos que aconteça. Mas estamos vendo aqui algumas ações. Diz o Delegado Newton Ribeiro que ele tem uma solução para a situação. Pretende o Delegado reavaliar a situação de 8 mil presos, dos 15 mil existentes, aproximadamente, em Minas Gerais, e ele avalia que eles já podem ganhar liberdade. Ora, será que temos 8 mil presos em Minas Gerais, com direito à liberdade como pretende o Superintendente da Secretaria de Segurança? No mínimo, é temerária a afirmação desse Delegado.

Para começar, há a situação da Defensoria Pública, já que 95% dos internos do sistema penitenciário em Minas Gerais são absolutamente pobres e não têm condições de constituir um advogado. Outra lei da Assembléia Legislativa determinou que, em todas as comarcas de Minas Gerais, houvesse um defensor público para acompanhar a situação dessas pessoas que estão presas e que não têm condições de obter ajuda, de ter defesa. E a Defensoria Pública teria agora a sua lei orgânica. Pois este Governo retirou o projeto de lei da Assembléia Legislativa que regulamentava a lei orgânica da Defensoria Pública. E é a Defensoria Pública que deve prestar esse trabalho.

Outro dia, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia recebeu um relatório da Defensoria Pública de Astolfo Dutra, em que ela listava todos os internos da cadeia pública da cidade, dizendo qual o tempo em que cada um teria a sua progressão de pena, quando teriam direito a liberdade condicional, etc. É esse o trabalho que a Assembléia Legislativa pretendia realizar. Mas, analisando tudo o que está ocorrendo, parece-me que essas pessoas estavam distantes de tudo. Não conhecem a realidade, não conhecem os dez projetos que tramitaram na Assembléia Legislativa, não sabem que se debruçou sobre o problema carcerário, atuando por meio de legislação, com um relatório de 4 mil páginas, que foi o relatório final da CPI Carcerária, não sabem nada a respeito de visitas que fizemos procurando conhecer a situação carcerária.

O Delegado pretende também cuidar da situação carcerária. Ora, é a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos que tem de cuidar da situação carcerária, não o Superintendente da Polícia Civil. Não dá certo. Conhecemos a história. São os agentes penitenciários que têm de fazer a guarda desses internos, não é a Polícia Civil. O trabalho da Polícia Civil é outro.

O Deputado Paulo Schettino (Em aparte) - Deputado João Leite, eu queria apenas fazer algumas observações. Com respeito ao problema da Casa de Detenção Dutra Ladeira, sobre a qual V. Exa. citou as informações do Promotor, devo dizer que a Corregedoria de Polícia já assumiu a Casa de Detenção Dutra Ladeira há mais ou menos 40 dias e está fazendo uma sindicância severa e séria lá, como é de costume.

Com relação à posição do Dr. Newton Ribeiro, Superintendente-Geral, não conversei com ele e não li a matéria, mas, pelo que depreendo, ele está querendo resolver um problema momentâneo. A polícia aplaude que todos os presos sejam transferidos para a Secretaria de Justiça, nisso também estou com V. Exa. e acho que policial não é treinado para tomar conta de preso. Mas precisamos olhar a oportunidade. No momento, a Secretaria de Justiça, em meu entendimento, não tem nenhuma estrutura para tal mister. Então, a polícia vai ter ainda que tomar conta dos 10 mil presos de quem ela cuida atualmente, até que a Secretaria de Justiça tenha condição de recebê-los. E, neste ínterim, não se tomam medidas, porque, se não, vão ocorrer muitas tragédias, pois as cadeias estão superlotadas.

Com todo o respeito, já disse, quando desativaram o Depósito da Lagoinha, o que todos aplaudiram, houve uma festa, mas, com todo o respeito às pessoas que tomaram essa medida, desativaram sem condições de assim procederem naquele momento, porque não havia lugar para acomodar os presos. É transferir o problema daqui para ali. Foi o que ocorreu. Era o que eu queria esclarecer a V. Exa. Muito obrigado.

O Deputado João Leite\* - Agradeço a contribuição do Deputado Paulo Schettino, mas, ainda analisando esses fatos, pretende o Delegado Newton Ribeiro também reativar o depósito da Lagoinha. Conhecemos a história desse depósito, que é encravado no Centro de Belo Horizonte; todas as rebeliões aconteceram ali, as 15 mortes, os sorteios dos presos que iriam

ser assassinados. No entanto, o Superintendente Nilton Ribeiro pretende voltar à era do depósito da Lagoinha, o que representa um retrocesso. Hoje, vivemos outra situação. Precisamos avançar, desejamos progresso. As propostas da Assembléia já estão colocadas. A Secretaria da Justiça é que deve cuidar dessa área. Temos de pensar num grande convênio, como está colocado no relatório final, com o Tribunal de Justiça, com os municípios, a fim de que tenhamos as penas alternativas, com a fiscalização dos municípios, pois, hoje, por qualquer problema, coloca-se o indivíduo na cadeia, e o custo para o Estado é no valor de R\$600,00.

O Promotor de Ribeirão das Neves diz que o estopim são as vendas de fuga, que continuam na Dutra Ladeira. Soluções? Segundo fui informado, o Secretário da Justiça, Luís Tadeu Leite, pretende ir a Brasília para tentar conseguir a construção de seis penitenciárias, para abrigar 12 mil presos. Ora, isso é um retorno. Além do mais, é impossível, porque a Assembléia Legislativa aprovou uma lei estabelecendo que a capacidade máxima de unidade prisional do Estado, de agora em diante, é de 170 presos. Não queremos mais aquele modelo para 700 detentos, pois, quando acontece uma rebelião, a cidade se torna alvo fácil de fugas e tiroteios. Infelizmente, trata-se de outro retrocesso. Precisamos de locais onde haja condições para a recuperação dos presos, além de segurança.

Peço a paciência do Presidente, Deputado Carlos Pimenta, pois, após a análise dessa situação caótica, grave e preocupante da segurança pública e do sistema carcerário, quero fazer uma pergunta: onde está o Secretário da Segurança Pública? Alguns dizem que vem, ficará alguns dias, mas tomará posse em meados do mês de fevereiro. Ora, Minas Gerais ficará esperando um Secretário da Segurança Pública? Não temos Secretário. Isso é grave, Srs. Deputados.

Também estamos aguardando - pois o prazo máximo é dia 22 - que o Governador do Estado veto o Projeto de Lei nº 1.940/98, que trata da questão dos cartórios. Espero que ele não deixe que continue o que estamos ouvindo por aí. Estamos ouvindo que o Governador do Estado deixará o projeto vir para a Assembléia, a fim de ser promulgado.

O Projeto de Lei nº 770/96 - hoje é o último dia - trata do transporte de passageiros em pé, nos ônibus, mas, até hoje, não foi sancionado pelo Governador do Estado. Esperamos que ele o faça, a fim de que as pessoas possam viajar com segurança. Muito obrigado pela paciência, Sr. Presidente, Deputado Carlos Pimenta.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Geraldo Nascimento\* - Sr. Presidente em exercício, Deputado Carlos Pimenta, Srs. Deputados, Sra. Deputada Isabel do Nascimento, demais pessoas presentes nas galerias; vamos repetir quantas vezes forem necessárias uma questão que já é de praxe nesta Casa: vamos dizer "não" a Fernando Henrique Cardoso e à sua política econômico-financeira e social. Diremos "não" duas, três, quantas vezes forem necessárias a essa perversa política que nos rouba o sossego, tira o emprego de pais de família, empobrece e inviabiliza o crescimento de Estados e municípios.

O Governo Itamar Franco vem recebendo, no Palácio da Liberdade, apoio não só de políticos, autoridades ligadas ao meio empresarial, entidades de classe, mas, principalmente, do povo mineiro, que foi às ruas dizer basta a essa política neoliberal, que esconde, mente e altera vergonhosamente os números do Brasil real.

A FIPE está prevendo, com a alteração cambial do País, que a inflação em 1999 possa chegar a 6,7%. Já a Consultoria RC, de Paulo Rabelo de Castro, está projetando uma inflação entre 10% e 15% este ano, como resultado imediato da desvalorização do real.

Hoje, a grande imprensa divulga que FHC só não alterou o Plano Real porque estava em ano de eleição. Lamentavelmente, colocam-se em primeiro lugar os interesses particulares dos que estão no poder, ainda que seja imperador não colocado pela vontade democrática do povo brasileiro, mas uma vontade ditatorial. Foi só um basta do Governo mineiro, e aí estão as conseqüências. A irresponsabilidade projetada e o legado recebido pelo atual Governador, um legado que tem uma dívida tão grande, que os funcionários públicos, até o momento, não receberam seus salários. O que podemos esperar de tudo isso? O Brasil, certamente, terá aumento de combustível, alimentação e bens intermediários, enquanto o aumento do salário real não deve ultrapassar 5% este ano. Isso indicaria uma perda de 5% a 10% em relação à inflação. Foi preciso, vou repetir, uma voz de Minas para desmascarar uma política neoliberal ancorada no dólar.

Diremos "não" também a ACM, endossando as palavras do radialista Eduardo Lima, que, em seu programa, disse: "Não, ACM, não iremos de joelhos; não nos humilharemos; não é do jeito da gente essa coisa de curvar-se. Minas tem traço e tipo da mesma gente sua. Por isso, Senador de ferro, não espere que Minas chegue aí, por qualquer dos filhos seus, para ajoelhar-se à sua frente. Quando nos levantamos, é porque nos apertam o pescoço. Quando nos levantamos, é porque queremos justiça. Entenda isso, Senador. Não lhe permitimos tratar Minas com tal desdém. Se precisamos, sabemos pedir. Se chamados a dar, não nos negamos. Mas não aceitamos, em nome de nossa luta, de nossos símbolos e de nossa glória, que se lance sobre Minas algum veneno. Ao Brasil, daremos o que é do Brasil e o que é de nosso dever. Nem um centavo a mais. Nenhum sacrifício a mais. Minas não se esconde, é visível, clara, translúcida. Quando se referir a Minas, por favor, Senador, cuide de referir-se com mais jeito. É virtude de Minas respeitar, e, não, temer".

Estes são trechos de um texto muito apropriado para o momento do radialista Eduardo Lima. Permita-me ele citar o nome de sua emissora: Rádio Itatiaia, grande veículo de comunicação dos mineiros, que, hoje, 20 de janeiro, dia de São Sebastião, está comemorando 47 anos de existência. Aproveitamos o momento para parabenizar toda a equipe da Rádio Itatiaia e, de forma especial, prestar uma homenagem ao nosso saudosos jornalista Januário Carneiro, que idealizou e fez prosperar essa grande emissora.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaríamos de reforçar, neste Plenário, requerimento já protocolado na Casa - portanto, Deputado Raul Lima Neto, não é só com você que isso acontece -, solicitando à COMIG informações sobre seu orçamento para 1998, com citação das cidades e entidades beneficiadas com suas verbas. Sabemos que tem sido fonte de especulação que a COMIG vem disponibilizando verbas diversificadas a entidades, prefeituras e outras, com finalidades que fogem à sua competência.

Pelo que temos conhecimento, a COMIG é uma empresa de fomento às atividades minerais, sendo sua responsabilidade aumentar os investimentos no setor mineral do Estado, através da geração e disponibilidade de informações básicas relacionadas a geologia e mineração; contribuir para a competitividade dos produtos minerais do Estado, através de programas específicos de tecnologia, gerenciamento e qualidade total.

Queremos a COMIG investindo recursos no desenvolvimento hidromineral do Estado, e não direcionando verbas para financiar eventos que fogem à sua área de atuação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o requerimento que estou citando foi aprovado por vários Deputados e já deveria ter sido obtida uma resposta. No entanto, o Governo que estava no poder não se dignou, por intermédio dos seus Secretários, a responder. O requerimento não foi meu, foi nosso. É dever desta Casa zelar pela fiscalização das questões que interessam ao povo mineiro. Esse requerimento merece resposta, porque não foi feito em interesse do Deputado Geraldo Nascimento, foi feito em interesse de várias pessoas deste Estado. Foram vários os veículos que trafegaram neste Estado, entregando material político durante a campanha que culminou na derrota do ex- Governador Eduardo Azeredo. Ainda espero resposta a esse requerimento neste exercício, que se encerra no dia 31 de janeiro. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Andrade\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero tecer alguns comentários sobre o Decreto nº 40.241, do Governador Itamar Franco.

No dia 4 de janeiro, primeiro dia útil após a posse do Governador Itamar Franco, o jornal "Minas Gerais" publicou um decreto que demonstra a vontade do Governador de equilibrar a combalida área de finanças de Minas. Trata-se do Decreto nº 40.241, que estabelece diretrizes para a adequação da estrutura de gastos à real capacidade de pagamento do Estado. Mas por que esse decreto é importante? Para responder a esta pergunta, é necessário lembrar alguns fatos que estão ocorrendo e algumas atitudes.

Embora muitas vezes estejam se levantando para criticar o Governador Itamar Franco, por causa da decretação da moratória e das denúncias de dificuldades financeiras do Estado, essas vozes só olham o presente. Criticam por criticar, fazem oposição por oposição. Talvez estejam tomando essa atitude numa tentativa de esconder a falta de uma postura firme, coerente com a administração pública, a qual deveriam ter tomado há algum tempo.

Sabemos que, até há algum tempo, os Estados tiveram que negociar suas dívidas mobiliárias com o Governo Federal. Era impossível continuar a rolar os títulos mobiliários estaduais com os juros altos. A quebradeira seria geral, e foi por isso que a União cedeu e negociou.

Embora esse acordo tenha sido melhor do que os anteriores, foi mal negociado. Comprometeu parcela bastante significativa dos recursos líquidos dos Estados, que já estavam diminuídos pela Lei Kandir e pelo Fundo de Estabilização Fiscal. E um aspecto muito importante é que foram poucos os Governadores que promoveram o saneamento financeiro de seus Estados. São eles: São Paulo, Ceará, Bahia e Maranhão. Os outros, inclusive Minas, deixaram a administração correr solta.

Os privilégios continuaram ocorrendo, e não foi feito um esforço maior para conter o crescimento dos gastos com pessoal e melhorar a gestão pública. No período de 1995 a 1998, vários Estados, como Minas, continuaram a ser administrados como se não houvesse crise. Esta foi a herança que Itamar Franco e outros Governadores receberam.

Então, as vozes que se levantam para criticar a atitude firme e corajosa do Governador Itamar Franco devem repensar sobre os ajustes que deveriam ter sido feitos, mas que, pelo visto, não ocorreram, porque não houve vontade política, nem capacidade administrativa para tal.

Naturalmente, o Governador Itamar Franco, com sua experiência política e administrativa como ex-Presidente da República, percebeu isto claramente, bem antes de ser empossado.

Certamente, sentindo que, sem saneamento financeiro, dificilmente o Estado teria condições de honrar seus compromissos, teve como prioridade criar esse decreto para dar início a uma adequação de gastos que deveria ter sido feita no governo anterior. Como se sabe, na gestão passada, o máximo que se fez foram os Programas de Demissão Voluntária, que pouco contribuíram para enxugar a máquina. Foi, apenas, um ato frente à peça completa da crise econômica que já estava em cartaz, principalmente a partir de 1995. Era preciso mais do que o PDV, que atingiu, apenas, o funcionalismo público - a classe que sempre acaba pagando o pato. O que se conseguiu reduzir com o PDV, os contratos administrativos gastaram.

Era preciso, também, tomar atitudes como as que estão colocadas no decreto e que deverão ser executadas, num trabalho e esforço conjunto entre as Secretarias da Casa Civil, da Fazenda, do Planejamento e de Administração. Entre essas, destacam-se: redução de 30%, no âmbito do Poder Executivo, das despesas cobertas pelas cotas orçamentário-financeiras de que trata o artigo anterior, a serem custeadas com recursos do Tesouro Estadual. Porém, o disposto neste artigo não se aplica aos materiais de consumo e serviços de terceiros considerados imprescindíveis ao bom funcionamento das áreas de saúde, educação, segurança pública, defesa civil, assistência social e administração penitenciária. É uma clara demonstração de que o Governador prioriza o social.

O decreto, também, quer avaliar a qualidade e a imprescindibilidade da despesa com materiais, serviços e obras; acompanhar e analisar o comportamento da despesa e propor medidas que visem à sua redução; propor medidas de adequação da despesa à disponibilidade de recursos do Tesouro Estadual; coordenar ações que visem à negociação e à redução dos débitos em atraso.

Percebe-se então que administrar exige planejamento, mas um planejamento que não sacrifique o povo, que é para quem os governantes devem se voltar o tempo todo.

Portanto, ao baixar um decreto como esse, o Governador Itamar Franco demonstra vontade política de começar pelo caminho correto, que já deveria ter sido tomado desde 1995, quando a crise piorou e começou a renegociação da dívida dos Estados.

Portanto, as vozes que se levantam para criticar deveriam repensar sobre o passado, sobre uma dívida muito maior, que é a relativa ao compromisso social que vem sendo descumprido sistematicamente com o povo. Essas vozes também precisam pensar que não se deve substituir democracia por medocracia. Ou seja, é necessário criar condições dentro do próprio território para organizá-lo da melhor forma, de modo a não sacrificar o povo em nome de uma conciliação subalterna.

Infelizmente para Minas, esse momento só chegou agora. Enquanto lemos nos órgãos de imprensa declarações de poucos Governadores que fizeram ou encontraram os ajustes feitos em seus Estados, só agora vamos começar, quando já se tem uma dívida negociada e uma crise econômica amplamente estabelecida em toda a Federação. Acho que essa dívida e tudo que está acontecendo aqui hoje não deixa de ter a ver com uma certa omissão e submissão desta Casa ao Palácio da Liberdade. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta\* - Gostaria de cumprimentar o Presidente, os Deputados, a imprensa e os demais presentes no nosso Plenário. Diante do escasso tempo de que disponho, não poderia deixar de comentar uma medida provisória do Governo Federal que feriu de morte, profundamente, a região Norte do Estado, o vale do Jequitinhonha e o Noroeste. Refiro-me à medida provisória do Sr. Fernando Henrique Cardoso que literalmente acaba, aniquila um dos órgãos mais responsáveis, de maior tradição e que mais ajudou o Norte de Minas, o DNOCS. É um órgão de 80 anos, que já prestou grandes serviços, talvez a maior forma de serviço prestado ao Norte de Minas: o combate à seca. E essa medida provisória vem neste momento, após todo o esforço, todo o sacrifício, todas as ações políticas desta Casa Legislativa, de todos os governantes, dos parlamentares em defesa daquela região.

Sr. Presidente, apenas para se ter uma idéia, o DNOCS hoje tem um "pull" de obras da ordem de R\$23.000.000,00 sendo executadas no Norte de Minas. São várias as localidades que estão sendo abastecidas com água potável e que estão tendo a oportunidade de ter a sua eletrificação. São várias pequenas barragens e inúmeros poços artesanais comunitários que estão sendo perfurados. E eis que essa famigerada Medida Provisória nº 1.795 vem tirar todas as nossas esperanças e pretensões.

Neste momento, Sr. Presidente, quero fazer um apelo e peço que V. Exa. tenha um pouco de paciência. Quero formular um apelo pela formação, nesta Casa, de uma frente parlamentar de ações contra essa medida provisória. Aliás, quero fazer coro com as palavras do Senador Francelino Pereira, que se manifestou contrário, com veemência, no Congresso Nacional. É necessário que Minas siga seu exemplo e seus passos. Neste momento difícil de seu Governo, é necessário que o Governador Itamar Franco possa iniciar e liderar uma ação contra essa medida provisória. Colocamo-nos à disposição, assim como esta Casa, como parceira do Governador do Estado, para que, numa ação conjunta, possamos mostrar que Minas, mais uma vez, tem a oportunidade de levantar a sua voz, com toda a razão, contra uma medida provisória que vem machucar profundamente o Norte mineiro.

Sr. Presidente, apenas quem acompanhou a seca do Norte de Minas e esteve presente lá - e eu invoco, neste momento, o testemunho da grande imprensa mineira, que acompanhou "pari passu" os momentos difíceis de angústia pelos quais passamos por quase 12 meses de seca, quando em várias localidades as pessoas não tinham água nem para beber - pode compreender a situação daquela região. Assim, neste momento, faço este apelo para que efetivamente possamos também elevar as nossas vozes contra essa medida provisória. Aliás, teremos ainda várias oportunidades para levantar as nossas vozes contra ações do Governo Federal que vão de certa forma tentar prejudicar o Estado de Minas Gerais. Esta Casa tem que estar atenta e vigilante. Não podemos aceitar uma medida provisória dessa natureza, como não aceitaremos outras que certamente virão em retaliação à posição que Minas Gerais tomou nas últimas semanas.

Neste momento quero tranquilizar a população do Norte de Minas e o povo de Montes Claros, que certamente vai ter oportunidade de tomar conhecimento das ações da Assembléia Legislativa. Vamos dizer "não" a uma medida provisória que coloca por terra um trabalho de 80 anos. Vamos dizer "não" a uma medida provisória que vai parar um grande canteiro de obras de R\$23.000.000,00 que estão sendo executadas no Norte de Minas. Esse é o nosso posicionamento e, juntamente com a Comissão de Agropecuária da Casa e com a Mesa, haveremos de tomar uma posição mais firme. Conclamamos, por último o Sr. Governador para que siga os passos do Senador Francelino Pereira e dos parlamentares da Casa. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 26/1/99, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91; 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97; e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 1.509, de 7/1/98, observadas as

estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.528 e 1.560, de 1998, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Arnaldo Penna

exonerando, a partir de 27/1/99, Elenice de Lourdes Moreira Costa Nogueira do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18;

exonerando, a partir de 27/1/99, Edmir Luiz Pena Carvalho do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25;

exonerando, a partir de 27/1/99, Valerio da Silva Araujo do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.

Gabinete do Deputado Ronaldo Vasconcellos

exonerando, a partir de 26/1/99, Homero Brasil Filho do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25.

ATO DO SR. PRESIDENTE

Na data de 26/1/99, o Sr. Presidente, nos termos do art. 263 da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, assinou o seguinte ato:

designando o servidor Luiz de Jesus para integrar a Assessoria Especial da Diretoria de Informação e Comunicação, em substituição à servidora Edith de Andrade Roque, alterando-se os Atos da Mesa de 11/5/98, 3/6/98 e 29/7/98, nos termos da Deliberação da Mesa nº 1.542, de 1998, alterada pela Deliberação da Mesa nº 1.548, de 1998.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Olimaq Serviços e Comércio Ltda. Objeto: manutenção preventiva e corretiva em máquinas de escrever Olivetti. Objeto deste aditamento: 4ª prorrogação e manutenção de preços. Dotação orçamentária: 3.1.3.2.